



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/55010>

DOI: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i67.55010>

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2023 by UFBA/Centro de Estudos Afro-Orientais. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

BANZEIRO, REBOJO

BRUM, Eliane. *Banzeiro Òkòtó: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. 448 p.

O livro espantoso de Eliane Brum não será surpresa para quem acompanhava a viagem jornalística dela em seus luminosos artigos no *El País*. Será surpresa porque Eliane Brum intima a leitora de *Banzeiro Òkòtó* a entrar no banheiro de sua própria trajetória na Amazônia – isto é, no rastro turbulento deixado por voadeiras, pororocas e barragens. Eliane começa seu livro afirmando “Tenho banheiro”. Ser apanhada no banheiro-Amazônia e no banheiro interior foi o risco que Eliane Brum assumiu.

A desestruturação do sujeito é a experiência antropológica fundamental. É similar à posição de tradução radical – aquela situação em que não há dicionário nem gramática para traduzir, em que a antropóloga se depara com um fenômeno apontado pelo dedo e uma

palavra à espera de preenchimento: mas isso é uma onça ou é um devir-onça, ou será um espírito-onça? O caso pior é aquele em que a jornalista-em-devir-de-antropóloga se pergunta sobre quem é ela – e se descobre “desformada”, isto é, com a potência de “se transmutar em múltiplas formas”.

Descoberta essa que pagés que incorporam xapiris e mães de santo que incorporam orixás sabiam de há muito. Descoberta “assustadora” de que nós, brancos, somos uma forma de pessoa entre muitas outras possíveis. Essa descoberta antropológica – que ocorre apenas após a coabitação prolongada – leva, não à identificação da “branca” com as “não brancas” da terra, mas à percepção da operação que Viveiros de Castro chamou de “perspectivística”. Isto é, a percepção

de que nós brancas somos *outras* – outras-outros – para os indígenas, “uma curiosidade antropológica” para eles. Mas há aí uma diferença essencial. É que todos os povos originários se distinguem de outros (outros-outras) como pessoas verdadeiras, mas as “outras/outros -brancas/brancos” se distinguem em particular, porque são “gente da mercadoria”. Para a história tradicional Ashaninca, esse povo branco possui as mercadorias porque aprisionaram o Inca e roubaram os produtos da indústria – uma “expropriação primitiva”, se podemos assim dizer. Mas para os Ashaninca de hoje, assim como para os Ianomame, segundo Davi Kopenawa, o povo das mercadorias está hoje expropriando contemporaneamente os povos originários. Tese defendida também por Rosa Luxemburgo, com exemplos da escravização e o genocídio do povo Huitoto, do Putumayo, durante o ciclo da borracha.

Eliane Brum menciona de passagem o fato de que a elite “reprodutora e mantenedora de privilégios” inclui entre esses privilégios o da “universalidade”. Essa menção merece comentário. Porque universalidade aqui não pode ser a “universalidade

de privilégios” – ao contrário, trata-se do privilégio da universalidade de conceitos. Isso significa: o privilégio de elites (brancas, masculinas, europeias) de se afirmarem como representantes do “universo” humano do ponto de vista da teoria. Sob o manto desse privilégio, a elite intelectual europeia ocidental atribuía a si próprio o lugar de representante da Humanidade como um todo, isto é, como representante de um modo de vida social (ética), de conhecimento (ciência), de filosofia (capacidade de pensar os outros modos de vida). O “privilégio da universalidade” é a pretensão à posição de agente para enunciar o que é ético, o que é verdadeiro, o que é capacidade de julgamento estético. É claro que Eliane Brum é antirracista. Mas seu antirracismo não se apoia em argumentos da história e de compensação de injustiças. O antirracismo de Eliane se expressa assim: “lutar para que meus netos possam viver num país em que um branco não exista violentamente apenas por ser branco” (p. 18). Que os filhos dela convivam com negros e índios na escola e no trabalho. Como fica o lugar da branca-que-não-é-mais-branca? “Quando um napê entra na Amazônia, no sentido mais

profundo, há que saber que nunca mais caberá no próprio corpo, mas também não será capaz de assumir inteiramente um outro” (p. 19).

Há outro salto metafísico realizado por Eliane Brum – isto é, o salto da predação da floresta e de seus povos para a violação da mulher-outra. Há aqui a analogia entre o clítoris – mediação para a entrada na floresta-mulher como origem do mundo – e invasão da floresta por homens predadores. Evoco o quadro de Gustave Courbet, *A origem do mundo* (1866), que exhibe uma mulher com a vagina exposta. Ora, o essencial aqui é a revelação do mito branco ocidental que associa pureza à virgindade – e ocultamento da vagina até sua invasão predatória e pública – e à ideia de floresta virgem. Tanto a mulher virgem como a floresta virgem devem ser defloradas para atingirem seu destino maduro – o de esposas reprodutoras e o de meio de produção. O mesmo se aplica aos indígenas, que devem, segundo a lógica capitalista, ser destribilizados para se atingir seu destino de mão de obra assalariada.

Eliane Brum desvenda o fundamento dessa falsidade – em primeiro lugar, a separação entre a “floresta-virgem” e a “floresta-meio-de-produção”. Isso

mediante a lição dos arqueólogos, biólogos e antropólogos que ensinam que “uma parte da Amazônia é floresta cultural, o que significa que foi esculpida durante milhares de anos principalmente por humanas, mas também por não humanas, estes que chamamos ‘animais’, em sua interação com o ambiente” (p. 22). Ou seja, a floresta amazônica nunca foi virgem. Essa é a lição de arqueólogos que, “como o brasileiro Eduardo Neves, têm provado que a floresta do passado era muito mais habitada por humanas do que hoje”, e que, ao lado de Bill Balée, “se somam às forças de resistência que se opõem à destruição da floresta e de seus povos” (p. 23). O que leva ao papel da aliança entre brancas, como Eliane, e indígenas, como Davi Ianomami, os *terranos* aliados na luta contra antiterranos.

Eliane Brum não se dirige apenas ao capitalismo que destrói paisagens e expulsa seus habitantes tradicionais, mas também ao ambientalismo que separa natureza e humanos como entes inconciliáveis: “Nesse olhar mal informado, a solução para manter a floresta viva seria remover todas as pessoas humanas, como se todas fossem predadoras”. Contra esse olhar, afirma:

“Tanto os povos originários (indígenas) quanto as comunidades tradicionais (ribeirinhos/beiradeiros, quilombolas etc.) são povos da floresta” (pp. 24-25).

O estupro. A posição de branca entre não brancas de Eliane tem versão espelhada em sua situação de mulher entre não-mulheres no mundo de homens. Essa ponte leva à assimilação entre floresta e vagina, ao “clítoris-castanhinha” e à origem do mundo-floresta. Voltemos ao quadro que Coubert intitulou *A origem do mundo* – uma vagina. Quadro realizado sob encomenda privada de brancos ricos e mantido para a visão clandestina até recentemente, mas cujo título revela a intuição consciente-inconsciente do papel reprimido que a violação do corpo-modelo revelava sobre a origem da humanidade, a saber, a reprodução através da passagem pela vagina-mulher.

O “campo” está para as antropólogas como a “psicanálise” para psicanalistas – não basta ler livros, é preciso atravessar a barreira de perspectivas, que leva da posição de observador para a de observado, de sujeito para objeto. Travessia com volta, da qual a argonauta não retorna à posição inicial: não retorna “branca”, como diz Eliane, sem por isso ter virado “não

branca” – permanecendo assim numa terceira margem do rio, que é aquela dos pesquisadores aliados de lutas dos povos negros, dos povos indígenas e de povos “entre”.

Eliane introduziu generosamente um termo intermediário entre povos indígenas originários e povos africanos transplantados: os povos “entre”, que recobre beiradores ou ribeirinhos, que ocuparam territórios à margem do Estado, não como entes originários da floresta, mas como os que se incorporaram à floresta e aos rios. Essa é a meu ver a principal contribuição de Eliane: destacar o lugar desses povos que não são nem indígenas, nem quilombolas – resguardados pela Constituição de 1988 –, nem Sem-Terra. Mas povos marginalizados, que povoaram territórios esquecidos pela expansão capitalista e depois reocupados violentamente. Eliane reconhece sua posição:

Não tenho a pretensão de ser um invólucro desocupado, sei bem o quanto isso é falso. O movimento de me esvaziar de mim para alcançar uma outra pessoa e me deixar habitar pelas palavras produzidas por essa outra experiência de existir, e só então empreender o caminho de volta, exige um grande esforço para se completar tanto na partida quanto no retorno (pp. 60-61).

E isso leva a uma questão que antropólogas ignoram: isto é, a posição da observadora ao longo do processo de “virar outra/outro”, ou “virar outre”, como escreve Eliane Brum. “Virar outre” como opção inescapável, que equivale a optar por “viver no entre-mundos – ou no entrecorpos –, uma terceira margem do rio.

Para ser considerado e reconhecido como povo da floresta é preciso encarnar duas transgressões ao sistema capitalista. A primeira é que não se trata de propriedade, mas de pertencimento, o que é radicalmente diverso. A segunda é que aqueles que pertencem à terra são as pessoas humanas, e não o contrário. Assim, “amazonizar-se” é mudar a linguagem e, com ela, a estrutura do pensamento. Foram os indígenas os primeiros a alertar para o colapso climático, décadas antes dos cientistas.

Eliane-mulher – vale o modelo-esquema de Rosa Luxemburgo, comunista-democrata (entre liberais e antiliberais, terceira margem utópica), acusadora do estupro *estrutural* que o capitalismo globalizado efetua como regra de existência projetada e ampliada ao infinito: a destruição da diversidade natural e a destruição da diversidade

humana, entropia termodinâmica (morte pelo calor) e entropia informacional (morte da diversidade da vida e das humanidades).

Na antropologia: o feminismo encontra o perspectivismo indígena, o que é transitar entre a posição de predadora (branca) e presa (indígena, negra, “entre”); a visão “entre” englobando as perspectivas do predador e da presa, nos planos de mundos econômicos e de mundos-pessoas, capitalismo x comunalidade, macho x fêmea. Não há reciprocidade: “não estamos no mesmo barco” – assimetria como regra estrutural da expansão capitalista. Capitalismo europeu-americano x reinos africanos = não há simetria, porque é o capitalismo colonial-global que subordina o escravismo doméstico africano e o coloca como fonte energética (escravos-energia), equivalente ao carvão da revolução industrial, para abastecer a partir da periferia o capitalismo industrial dos centros, com algodão, açúcar, minérios, adubo.

Floresta e gente. Eliane adverte os leitores contra dois olhares urbanos sobre a floresta e os povos da floresta. Um deles é que esses povos são empecilhos ao desenvolvimento e ao progresso – visão segundo a qual é

preciso destruir florestas, cerrados e manguezais para implantar plantações de soja, fazendas de gado e empresas de mineração, e ao mesmo tempo converter inúmeros povos indígenas a um denominador comum de operários e assalariados rurais. Mas há outro olhar, também mal informado, segundo o qual é preciso manter ao lado das plantações, fazendas e mineradoras, zonas de “natureza intocada”. E nesse outro olhar “mal informado” – e é melhor dizer, mal-intencionado – “a solução para manter a floresta viva seria remover todas as pessoas humanas”, repetindo as palavras já citadas de Brum. É a solução mal informada do sistema de conservação brasileiro consagrado na legislação, que ignora que paisagens biodiversas remanescentes são aquelas ocupadas por povos originários (indígenas), comunidades tradicionais (ribeirinhos/beiradeiros) e quilombolas.

Aliados terranos e floresta cultural

Floresta cultural é a expressão por meio da qual cientistas como William (Bill) Balée e Eduardo Neves buscam refutar o divisor que separa natureza e

cultura. Essa tese científica tem peso existencial e político, pois, como diz Eliane, “Eduardo e Bill se somam às forças de resistência que se opõem à destruição da floresta e de seus povos” (p. 23), apresentando evidências de que humanos “não são uma ameaça para a floresta, e sim *uma parte dos humanos é uma ameaça para a floresta*”. Esse grifo meu destaca a separação entre humanos-terranos e humanos antiterranos tematizada por Débora Danowski e Eduardo Viveiros de Castro.

Há um conto de James H. Schmitz intitulado “Ecologia equilibrada”, publicado em 1965, em que corporações madeireiras interplanetárias visam apoderar-se da preciosa “madeira-diamante” do planeta Wrake. As cooperativas de humanos conseguem destruir os invasores em aliança com a floresta-organismo. A conclusão: “A única defesa contra Homem era Homem. Entendendo isso, ela (Wrake) tinha feito seus planos. Em um mundo agora apossado por Homem, ela adotou Homem, trouxe-o para sua ecologia, e sua ecologia estava novamente bem equilibrada”. De novo: há terranos indígenas aos quais se aliam terranas brancas – repórteres, historiadoras, antropólogas e geocientistas

em defesa da Terra (Wrake ou ainda Gaia) e de seus moradores humanos e não humanos. Eliane Brum dá como exemplo a luta da quilombola Maria do Socorro da Silva. Corpo-testemunho do verbo reflexivo “aquilombar-se”. Pois ser quilombola não é um ser-em-si, mas sim um ser-para-si afirmado na luta pelo reconhecimento: “Palavra de referência para os movimentos negros, passou a ser evocada também por todos aqueles que lutam contra diferentes forças de opressão e destruição” (p. 53). A luta de Socorro é contra a Hydro (com sede na Noruega), que explora a bauxita, matéria-prima do alumínio explorada também em Trombetas. No rio Trombetas, que visitei há pouco, a exploração da bauxita invade, atravessa territórios quilombolas seculares.

Pesquisa científica

Eliane Brum é também jornalista científica na tradição que acompanha a ciência ao lado de cientistas. Ela diz: “a primeira expedição científica à Estação Ecológica em que a equipe buscava justamente lutar contra o esquecimento dos brancos” (p. 25). É a expedição de

2017 em que acompanhou Bill Balée e Vinicius Honorato, além de Márcio Amaral. Essa viagem, feita ao lado de pesquisadores, é também a experiência de estranhamento que marca a aventura antropológica no campo – a passagem da atitude segundo a qual a vida de indígenas e seringueiros na floresta tropical é a pior forma de vida possível para entes humanos, para a percepção de que há uma vida boa na floresta, com um esforço de trabalho razoável e certamente menor do que o exigido em empregos urbanos e em empresas agropecuárias.

A passagem etnográfica: aquilombar, ribeirizar, amazonizar. Histórias como a de Socorro mostram como foi possível sobreviver à ditadura empresarial-militar: “Há anos ela luta contra a Hydro”. Com sede na Noruega, a corporação atua em quarenta países e tem 30 mil empregados. Ao lado da invasão da mineração, Eliane testemunhou a invasão de corpos: “Em Altamira, porém, passei a escutar a narrativa do abuso ou do estupro em 99% das entrevistas com mulheres”. “O abuso ou o estupro, em geral associado a um familiar ou conhecido da família, foi a primeira experiência dita sexual da maioria delas” (p. 59).

Luta em Altamira. As crianças de Altamira são assassinadas e estupradas como normalidade; e a geração sem esperança é assolada pelo suicídio, que “assim como o desespero, é um luxo que não temos [...] Esperança é um risco” (p. 236). Eliane Brum privilegiou olhares simétricos: de ribeirinhos e de cientistas da natureza. Mas essa impressão foi refutada pelo capítulo em que trata de “suseranos, vassalos e servos”, onde o foco é a *grilagem*. Grilagem é etimologicamente a falsificação de títulos propriedade por meio da imitação da ação de “grilos” como evidência de antiguidade. Maurício Torres, o grande especialista no assunto, estendeu o termo para toda operação de apropriação selvagem de terra – a começar pela expropriação violenta de moradores tradicionais, indígenas, quilombolas ou ribeirinhos – e finalmente pela legalização da terra expropriada através de “titulação” e “regularização fundiária”. “A estrutura da grilagem lembra o feudalismo”, diz Eliane Brum no início de seu capítulo 121. Ela documenta essa afirmação etnograficamente, isto é, através da história de um caso de grilagem.

A luta contra a destruição da floresta e a luta contra a destruição das

mulheres são a mesma luta. O estupro é estruturante da vida das mulheres e do “sistema” que conforma Belo Monte. Eliane não se acomoda na denúncia, mas afirma a emergência dos massacros: sobre “como tornar a vida possível apesar de todas as formas de morte – ou, no caso dos povos originários no Brasil, apesar de tentarem matá-los de todas as formas há mais de quinhentos anos” (p. 64).

O livro de Eliane Brum é sobre “a monumental resistência ao longo de mais de cinco séculos dos povos originários da floresta” (p. 68), que hoje em dia ganha a adesão de cientistas e ativistas urbanos. Pois, como ela diz, “não estamos todos no mesmo barco” (p. 71). Ou seja: quem causou a crise climática global foi uma “minoria rica, majoritariamente branca, localizada no norte do globo, em especial na Europa e nos Estados Unidos, associada às elites financeiras extrativistas dos países do sul, a maioria delas convertida em nações pelo projeto neocolonial. Isso me leva à alegoria do banquete de Hardin. Um salão reúne artistas e intelectuais em um banquete onde os privilégios da elite são exercidos, enquanto em torno do salão uma multidão de famintos exige sua entrada.

Hardin pergunta: devemos permitir a invasão dos famélicos e a destruição da boa vida, ou manter a qualidade de vida da elite excluindo os famélicos? Outra forma de expressar a situação é perguntar, face à crise climática mundial: “Estamos no mesmo barco?”.

Eduardo Viveiros de Castro, a voz mais original da antropologia contemporânea, afirmou numa conferência na Universidade de São Paulo em 2013: “Os indígenas são especialistas em fim de mundo, já que o mundo deles acabou em 1500”. Mas o mundo ameríndio não acabou. E alicia Eliane e outras no banheiro-rebojo da aliança de brancos com indígenas. Rebojo é diferente de banheiro porque, como o olhar da jiboia, atrai o estranho para um percurso em espiral que leva ao abismo. Diz Eliane Brum, presa no rebojo-banheiro: “Toda a minha vida se transfigurou, e nem mesmo o casamento sobreviveu ao transe. E esse tem sido um dos efeitos colaterais mais difíceis de lidar no meu mergulho no banheiro” (p. 77).

Em uma de minhas excursões ao rio Iriri, em companhia de Bill Balée,

um aluno de Débora Danowski chamou minha atenção por sua dedicação a inventar brinquedos para crianças dos beiradeiros, ao mesmo tempo que afirmava que não teria filhos porque o mundo estava prestes a acabar. Mas a verdadeira lição seria que suas filhas teriam em si a esperança de retardar o fim do mundo.

Um tema central do livro é a esperança. Às vezes Eliane Brum parece negar o poder da esperança – “a esperança é superestimada”, como anuncia o título de seu capítulo 68. Mas seu livro é uma afirmação da esperança – isto é, a capacidade de imaginar um futuro alternativo àquilo que é dado como a realidade do presente. O suicídio de indígenas e a resistência dos ribeirinhos de Belo Monte são expressão das alternativas de futuro. Há uma equação de resistência que está sendo afirmada pelos ribeirinhos de Belo Monte.

A viagem de Eliane e a dos aliados de povos originários-tradicionais indicam a resposta: gerações futuras são a promessa de aliados da Terra.

Mauro Almeida  

Universidade Estadual de Campinas

doi: 10.9771/aa.v0i67.55010